

PORTO & MAR

Audidores criticam 5% e mobilização é mantida

Reajuste salarial costurado pelo Governo não sensibiliza categoria

ÁGATA LUZ

DA REDAÇÃO

A intenção do Governo Federal de conceder reajuste salarial de 5% aos servidores públicos federais a partir de julho é vista com indiferença pelos auditores fiscais da Receita Federal que realizam operação padrão em todo o País. No Porto de Santos, a movimentação de cargas sofre atrasos desde o início da mobilização da categoria, em dezembro.

Segundo o presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco) de Santos, Elias Carneiro Júnior, a categoria só suspenderá o movimento quando tiver todos seus pleitos atendidos, como a recomposição do orçamento da Receita Federal (equivalente a R\$ 1,2 bilhão), a abertura de concurso público e o cumprimen-

to do acordo firmado com a União em 2016, que regulamenta a Lei Federal 13.464/17, que prevê o pagamento de um bônus variável aos profissionais.

“Nossa operação padrão não trata só de questões salariais e o Governo Federal está totalmente insensível quanto aos nossos pedidos”, enfatiza Elias. Ele diz que, além do reajuste não alterar em nada a operação padrão, pode causar efeito reverso entre os profissionais.

“Eu acho até que ficou ruim, porque quase todos governos estaduais deram de 10% a 20% de reajuste para seus funcionários”, compara, explicando que a categoria dos auditores fiscais entrará no quinto ano sem aumento. “Estamos com uma perda de 33%. Isso quer dizer que esses 5% não refrescam em nada”.

Elias garante que o assunto sequer entrou em pauta no sindicato. “Não será discutido nem apreciado”. Enfatiza também que os reflexos da mobilização estão cada vez mais intensos no Porto de Santos.

ATRASOS

A liberação de cargas de exportação, que demorava de 24h a 48h, está com tempo de espera em 30 dias. A importação, que era para ocorrer entre dois e quatro dias, sai em 20. Segundo ele, a categoria tem intenção de encerrar a operação padrão, desde que os pleitos sejam atendidos. “Estamos tentando todos os contatos possíveis com a Casa Civil”.

A Tribuna procurou o Ministério da Economia, mas a pasta não se manifestou sobre o assunto.